

CORPO, GÊNERO E CIDADE: DESLOCAMENTOS MICROPOLÍTICOS

BODY, GENDER AND CITY: MICROPOLITICAL DISPLACEMENTS

Cristine Jaques RIBEIRO^{*} 

Camila de Freitas MORAES^{**} 

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos ARAUJO^{***} 

Pablo Rodrigo de Andrade BARBOSA^{****} 

Resumo: No referido artigo busca-se analisar como o enodamento entre raça, gênero e sexualidade se apresentam enquanto possíveis articulações para a compreensão da cidade como um espaço hegemonicamente construído a partir da ótica da universalização dos corpos, a saber, corpos não-racializados, corpos femininos e corpos heterossexuais. A partir dessa premissa, a cidade, por sua vez, tende a se apresentar enquanto um espaço que produz a despotencialização das vidas e modos de existir, de maneira a segregar e a violentar todos os demais corpos que não se encontram nessa universalidade imposta. Nesse sentido, colocando a teoria da interseccionalidade no centro da análise, objetiva-se compreender como a raça, o gênero e a sexualidade articulam-se historicamente enquanto corpos marcados pela diferença, e como esses são produzidos na cena pública da cidade pela via da mortificação e de processos segregatórios. Portanto, metodologicamente, este texto propõe, a partir do olhar interseccional de autores como Michel Foucault, Simone de Beauvoir, Aníbal Quijano, Giorgio Agambem e Maria Lugones, um diálogo polifônico para reflexão e análise sobre os corpos frente à sexualidade, à raça e ao gênero, que foram erigidos por contíguos valores morais, religiosos e culturais no transcorrer da formação sócio-histórica, tendo como seu modo operandis a violência, a exclusão e a marginalização, que se deslocam nos acessos à cidade. Tem-se, então, como resultado da discussão que, historicamente, sujeitos não heterossexuais e mulheres, especialmente mulheres negras, são corpos demarcados e susceptíveis às mais diversas formas de opressão, sendo essas resultantes da desigualdade estrutural frente ao gênero, à sexualidade e à raça. Desse modo, mais do que reconhecer e descolonizar todas as formas de existência, é preciso entender que os discursos possuem o poder de mortificar. Logo, se faz de suma importância que os discursos e os espaços produzidos pela subjetividade capitalista sejam denunciados.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Poder. Cidade.

Abstract: The article seeks to analyze how the connection between race, gender and sexuality are presented as possible articulations for understanding the city as a space hegemonically built from the perspective of the universalization of bodies, namely, non-racialized bodies, female bodies and heterosexual bodies and based on this premise, which the city in turn tends to present itself as a space that produces the depotentialization of lives and ways of existing, in a way to segregate and violate all other bodies that are not in this imposed universality. In this sense, placing the theory of intersectionality at the center of the analysis, the objective is to understand how race, gender and sexuality are historically articulated as bodies marked by difference and how they are produced in the public scene of the city through mortification and processes segregation. Therefore, methodologically, this text proposes, from the intersectional perspective of authors such as Michel Foucault, Simone de Beauvoir, Aníbal Quijano, Giorgio Agambem and Maria Lugones, a polyphonic dialogue for reflection and analysis on bodies in the face of sexuality, race and gender, which were erected by contiguous moral, religious and cultural values in the course of socio-historical formation, having violence, exclusion and marginalization as the way to access the city. As a result of the discussion, then, historically, non-heterosexual subjects and women, especially black women, are demarcated bodies and susceptible to the most diverse forms of oppression, resulting from structural inequality in relation to gender, sexuality and race. Thus, more than recognizing and decolonizing all forms of existence, it is necessary to understand that speeches have the power to mortify. Therefore, it is extremely important that the speeches and spaces produced by capitalist subjectivity are denounced.

Keywords: Genre. Sexuality. Power. City.

Submetido em 30/07/2020. Aceito em 06/01/2021.

* Doutora em Serviço Social/ PUCRS. Coordenadora do GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade. Docente Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e Curso de Serviço Social/ UCPel. Rua mortágua, 1335, Bairro Recanto de Portugal, CEP: 96083220. E-mail: cristinejrib@gmail.com

** Psicóloga pela Escola Superior da Amazônia, Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha. Mestre e doutoranda em Política Social e Direitos Humanos UCPel. E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br

*** Assistente Social, Mestre em política Social e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos UCPel. E-mail: grazirba@gmail.com

**** Assistente Social. Mestrando em Política Social e Direitos Humanos UCPel. E-mail: rodrigobarbo144@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

Os discursos acerca da sexualidade e do gênero constroem-se no transcorrer da história humana na ânsia de buscar não só compreendê-los, mas, sobretudo, tentar normatizar as práxis sexuais e o feminino pela via dos comportamentos e dos corpos de acordo com os padrões morais e religiosos de uma dada sociedade. Fato que visa ao controle da vida sócio-política no âmbito educacional e no acesso à cidade, assim como em outros aspectos. Sendo assim, pensar a inter-relação entre sexualidade e gênero é, sobretudo, entender que o gênero transversaliza-se também pelas questões de raça. Compreende-se, assim, que inclusive os acessos aos espaços que compõem a cidade são marcados por relações de poder que tendem a criar e definir no seio social espaços de exclusão, abjeção e opressão. Tais atitudes estabelecem padrões de normalidade e patologia frente à diversidade sexual e reiteram padrões racistas e machistas, sustentados pelo patriarcalismo frente ao lugar dado à figura feminina.

Nesses termos, com este trabalho, objetiva-se analisar como a articulação entre as categorias raça, gênero e sexualidade revelam-se na perspectiva da cidade enquanto construção que reproduz relações hegemônicas, não reconhecendo os processos diversos que constituem diferentes modos de existir. Estabelece, ainda, um corpo humano universal branco, patriarcal, heteronormativo, burguês e culturalmente formado pelas referências ocidentais. Portanto, construir epistemologias que rompam com perspectivas eurocentradas implica descolonizar a análise dos problemas sociais e realocar o olhar, considerando o processo sócio-histórico que marcam as nações colonizadas, sendo este o caso da América Latina.

Dessa maneira, metodologicamente, as contribuições de Michel Foucault, Simone de Beauvoir, Aníbal Quijano, Giorgio Agambem e Maria Lugones abrem possibilidades interseccionais para se interrogar sobre as questões acima mencionadas, de maneira a não só produzir conhecimento, mas, essencialmente, reflexionar em torno da sexualidade, do gênero e da raça enquanto uma construção social, mantida por sistemas hegemônicos de poder, que reitera a assujeição e a segregação desses sujeitos em todo o campo social. Além disso, os colocam como bestiais, animais e, em um outro momento, como indivíduos, porém invisibilizados, excluídos e subjugados. Frente a isso, pode-se supor que é pela via da reflexão que formas outras possam a ser criadas em busca de se romper e denunciar os sistemas hegemônicos de poder, para, posteriormente, inventar-se uma política da diferença, na qual a diversidade sexual e as questões de gênero e raça possam ser pensadas pela via dos movimentos de resistência e das subjetividades.

1. PODER, SEXUALIDADE E GÊNERO

No transcorrer da história humana, o âmbito da sexualidade sempre esteve em volta da moralidade como condição *sine qua non* para regulamentar os comportamentos, as atitudes e os corpos dos sujeitos sociais, sendo essa regulamentação sustentada por dispositivos de poderes que colocam em cena a dualidade

entre os sujeitos. De um lado, os tidos como ideais e, assim, passíveis de uma dada normalidade; de outro, sujeitos considerados desviantes e contrários às normas impostas, seja pelo Estado, pela religião ou pelo social. Logo, para se pensar a inter-relação entre poder, sexualidade e gênero, é preciso, a posteriori, compreender que há instâncias de poder que criam discursos e sustentam ações e comportamentos com fins de controlar os sujeitos tidos enquanto indesejáveis, estando nesse ínterim qualquer pessoa cuja sexualidade esteja na oposição da heteronormatividade.

É a partir de Foucault (1978; 1989) e de sua conceituação sobre Relação de Poder que tais questões irão se delinear, chamando-nos atenção sobre os sistemas hegemônicos de poder que tendem a corroborar e construir espaços de marginalização, extermínio, opressão e supressão de grupos sociais específicos em nome de uma dada ordem moral, cívica ou religiosa. O autor faz-nos compreender, então, o para além, isto é, que esses sistemas em que o poder se faz exercer são circulares e têm como mecanismos sobrepor um sujeito ao outro. Isso quer dizer que assim como o vassalo está para seu servo; o seu servo está num lugar de subjugação frente aos ditames do rei e vice-versa. Nesse contexto, o poder é algo que circula, como nas palavras de Fontana e Bertani (1999, p. 331) “a questão do poder se espalha, pois, ao longo de todas essas análises, [o filósofo] forma um só todo com elas”, sendo-lhes, pois, imanente e, por isso mesmo, indissociável.

Contudo, é a partir de uma digressão sócio-histórica que Foucault (1989) expõe que o poder age como uma relação de forças, na medida em que este não está localizado exclusivamente no aparelho estatal, mas envolve toda uma estrutura social. Assim, constitui um poder disciplinar que busca, primordialmente, punir e vigiar as atitudes, os comportamentos e os corpos dos sujeitos no campo social, político, educativo, religioso e nos espaços que constituem, também, os arredores da cidade (FOUCAULT, 1978; 1989)

Desse modo,

Este instrumento de poder que atua no corpo dos homens usará a punição e a vigilância como principais mecanismos para adestrar e docilizar o sujeito, pois é a partir deles que o homem se adequará às normas estabelecidas nas instituições como um processo de produção que, a partir de uma “tecnologia” disciplinar do corpo, construirá um sujeito com utilidade e docilidade (DINIZ; OLIVEIRA, 2015, p. 150).

O que se percebe é que Foucault (1978; 1989) não só se opõe aos preceitos hegemônicos em outrora mencionados, mas, principalmente, os questiona e passa, assim, a identificar as formas de tais regulamentações e disciplinarizações que tendem a oprimir e a negar as práticas de liberdade no campo da sexualidade e do gênero, fazendo-nos compreender que sexualidade e gênero estão situadas no interior das matrizes de poder, as quais têm sido produzidas e reproduzidas em atos, discursos e práticas discriminatórias, opressivas e exclusivas, construídas historicamente com fins específicos de normatização e de disciplinarização.

Logo, a partir daí, pode-se inferir que a sexualidade e o gênero (feminino e masculino) estabelecem relações de poder, e os discursos que promovem uma dada verdade sobre o sujeito estão intrinsecamente

entrelaçados, uma vez que historicamente as relações de poder se associam à dominação heterossexista frente à diversidade sexual, assim como o masculino frente ao feminino. E romper com esses preceitos hegemônicos é estar ciente de que sexualidade e gênero são atributos constitutivos do seio social e sustentados com a finalidade de manter a ordem heteronormativa e de identidade de gênero, sendo esta última mantida pelo viés masculino.

Sobre isso, expõem-se os ditos foucaultianos:

se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente; e depois, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende da regulamentação (FOUCAULT, 2001, p. 289).

É nesse sentido que Foucault (1976; 2001) passou a notar que o sexo e, portanto, as sexualidades tornaram-se atributos privilegiados da atuação de um poder disciplinar que já não se tratava tão somente de regulamentar ou normatizar comportamentos e atitudes, mas pretendiam normalizar, condenar, hierarquizar, bem como curar, manipular e incentivar os comportamentos, os corpos e as condutas.

E como já afirmara Beauvoir (1980), são essas relações de poder, construídas sob a ótica masculina e patriarcal, que marginalizam, oprimem, violentam e submetem o corpo e a sexualidade feminina à normatização e à disciplinarização. Assim, as práticas sexuais de homens e mulheres já não são mais pensadas a partir da esfera privada, mas são tidas enquanto utilitárias da esfera pública. Isto é, a *priori*, a heteronormatividade constrói-se com a finalidade de aumentar as taxas de natalidade e a diminuição da mortalidade, no intuito unívoco de preservar a própria existência humana. Posteriormente, essas ideias são tomadas pela Igreja Católica e, atualmente, remontadas pelas Igrejas Evangélicas e aperfeiçoadas a partir da noção de pecado, sendo aqui a sexualidade pensada como um dom supremo, motivo pelo qual a mulher, pela via da castidade, não deveria ceder às sensações e às tentações dos prazeres carnis, ou seja, cabia às mulheres manterem-se castas até o casamento e praticarem o sexo apenas para fins de procriação (FOUCAULT, 1976; 2001).

Nota-se, aqui, que quaisquer manifestações de sexualidade contrárias ao ato de procriar eram tidas enquanto demoníacas e passíveis de punições e de castigos severos, dentre eles, por exemplo, a queima nas fogueiras santas daqueles que praticavam manifestações sexuais contrárias. Já com o advento do capitalismo, que irá demarcar a noção de produção e trabalho, a sexualidade e o gênero passaram a ser pensados pela lógica econômica, ou seja, todos os indivíduos teriam a capacidade de se sustentar. Logo, o trabalho assalariado e a produção socializada tornaram possível que a sexualidade passasse a ser pensada para além da procriação (D'EMILIO, 1983).

Não obstante, o capitalismo também não só reiterou como produziu formas outras de opressões que marginalizam e oprimem as formas de existência que não se enquadram nas condutas heterossexuais ou masculinas. Sobre estas, cita-se a divisão sexual do trabalho e a ideologia da família nuclear, de maneira a preconizar as relações heterossexuais em desfavor das relações homossexuais, bissexuais, dentre outras. Desse modo, “a elevação da família à proeminência ideológica garante que a sociedade capitalista reproduzirá não apenas filhos, mas também heterossexismo e homofobia” (D’EMILIO, 1983, p. 110). Isto é, o próprio capitalismo continua a atuar contra quaisquer formas de manifestação da diversidade sexual, representando mais um dos mecanismos de poder que oprime e marginaliza, sustentados, nessa perspectiva, pela via do trabalho e da produção econômica, que ininterruptamente tem produzido espaços segregacionistas desde o período colonial. Diante do exposto, o próximo tópico abordará o diálogo de como a cidade projeta a sua segregação nas questões vinculadas ao gênero.

2. GÊNERO: DESCOLONIZANDO PENSAMENTOS

Discutir a produção da cidade em sua perspectiva segregadora envolve ir além de (re) conhecer as estruturas (re) produtoras da desigualdade social, apresenta também a necessidade de refletir quais corpos são marcados por esse processo.

A descolonização do saber frente às questões já supracitadas vai buscar dar notoriedade para além dos sistemas hegemônicos enquanto mantenedores de processos de mortificação. Vai, mais do que isto, compreender como tais sistemas originam-se e se mantêm nessa lógica, já que o que está em pauta no pensamento de autores como Quijano, Lugones e Dussel é a denúncia dos povos colonizadores. Por isso que descolonizar pensamento é, sobremaneira, entender que os processos na América Latina, que passou pela vivência colonial¹, estabelecem processos outros e devem estar em evidência, não com intuito de negar o exposto por Foucault ou Beauvoir, mas, o seu contrário, fazer o ‘para além’, entendendo que os autores escolhidos dialogam no que compete às questões do gênero, da sexualidade e da raça. Assim, outros olhares devem existir, especialmente, quando se põe em voga a intersecção entre gênero e raça no continente americano.

É importante compreender as expressões sociais que se apresentam na América Latina, especialmente as que fazem referência à invenção da modernidade e à promessa de desenvolvimento, termo aplicado em uma perspectiva dual, que projeta o não desenvolvido a um lugar pejorativo. Como bem colabora Enrique Dussel (1993) ao afirmar que:

dar uma definição europeia a modernidade é não entender que a Modernidade da Europa torna todas outras culturas periféricas suas. Trata-se de chegar a uma definição mundial

¹ Pretende-se aqui evidenciar que os processos que atravessam as relações sociais na América Latina são marcados pelo acontecimento da colonização e assim trazendo particularidades ao referido território.

da modernidade (a qual o Outro da Europa será negado e obrigado a seguir um processo de modernização, que não é o mesmo da modernidade) (DUSSEL, 1993, p.32).

Dito isso, entende-se que - no processo de colonização desencadeado pelos povos europeus que se colocavam como desbravadores da modernidade - estes se autodenominavam como a civilização desenvolvida e possibilitadora de desenvolvimento. Isto é, qualquer outra comunidade existente devia adaptar-se aos novos moldes de convivência e de existência impostos pelo ideal civilizatório do colonizador. E é sob essa justificativa de uma pseudo missão civilizatória que os europeus invadem outros territórios e impõem, desse modo, seu *modus operandi* de viver como regra a ser seguida. Nessa lógica, Dussel (1993) não só colabora, mas reitera as questões acima mencionadas, ao expor:

A Europa tornou as outras culturas, mundo, pessoas em objetos: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O “coberto” foi “descoberto”; ego cogito *cogitatum*, europeizado, mas imediatamente ‘em-coberto’ como o Outro. O outro constituído como si-mesmo. O ego moderno nasce nessa “autoconstituição” perante outras regiões dominadas (DUSSEL, 1993, p. 35).

A Europa, então, a partir do colonialismo, constitui-se enquanto referência, projetando a outros territórios a dimensão de ser o “outro” e legitimando relações de dominação, de exploração socioeconômica e de política das suas colônias, processo esse envolto de violência e de exploração, tendo em vista que novos valores em âmbito cultural, econômico, social e cosmológico foram impostos à base de ferocidade, massacre e sangue. Nisso, Césarie (2010) apresenta-nos uma prévia problematização do processo colonial ao afirmar que:

prossequindo a minha análise vejo que a hipocrisia é recente; que nem Cortez ao descobrir o México do alto e do grande *téocalli*, nem Pizarro, diante de Cuzco, (e muito menos Marcopollo, diante de camballuc), se proclamam mandatários de uma ordem superior que matam; que saqueiam; que possuem capacetes, lanças, cuspidez; que os babujadores vieram mais tarde; que neste domínio o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas : Cristianismo = Civilização; paganismo = selvageria, de que só poderiam deduzir abomináveis consequências colonialistas e racistas cujas vítimas só haveriam de ser índios, amarelos e negros (CÈSARIE, 1978, p.15).

Nessa perspectiva de compreensão pós-colonial da questão social, é que o fato da invasão na América Latina funda-se como a criação do outro, de maneira a pôr a Europa como centro e referência para todos os processos de existência civil, como bem afirma Dussel (2003), quando nos faz compreender que é a partir disso que se emerge uma economia mundial. Fato este, um reflexo do processo colonial, que não significou apenas o saqueamento de riquezas materiais e imateriais de determinados territórios, mas, preferencialmente, um sistema de opressão que ainda persiste e se estrutura no horizonte do eurocentrismo por meio da colonialidade do poder.

Nessa lógica, Quijano (2010) afere-nos importantes contribuições, ao expor que:

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (QUIJANO, 2010, p.73).

Nesse sentido, o pensamento pós-colonial demarca sua crítica diante das desigualdades de poder nas relações sociais, já que a colonialidade de poder explorada por Quijano indica a prevalência da dominação sob dominados. Logo, quando se transpõe tais questões para se pensar sexualidade e gênero, a autora Maria Lugones (2014) propõe uma importante reflexão sobre colonialidade de gênero, enquanto uma lente para poder pensar e problematizar a lógica opressiva da modernidade colonial. Nessa concepção, indica como fundamental a estratégia da dicotomia hierárquica de lógica categorial expressa nas concepções de bem ou mal, bom ou ruim, certo ou errado, santo ou pecador, sucesso ou fracasso, moral ou imoral, dentre outras noções dicotômicas.

Lugones (2014) e Quijano (2010) colocam como a principal dicotomia para pensar o gênero e a sexualidade a condição de humano e de não-humano, questionando que a noção de humanidade está atribuída aos homens e às mulheres brancos da elite burguesa europeia, e, o seu contrário, homens e mulheres colonizados, principalmente, as mulheres negras, sobrepostos à não-humanidade (QUIJANO, 2010). É nesse sentido que pela via da classificação social a ideia de humano e não-humano é difundida e, posteriormente, determinará como a vida pública e civil delinear-se-á.

Reitera-se, então, no sentido de tais autores, que o homem burguês, europeu, branco e heterossexual estará no centro da humanidade, cabendo a este ser o possuidor da racionalidade e dos princípios de moralidade. Por sua vez, à mulher branca, europeia e burguesa, caberá o lugar limitado de existência humana, ou seja, relegada à função de manter a raça e a burguesia pela via da procriação. Nesse contexto, cabia a ela não tão somente o cuidado do lar, dos filhos e do esposo, mas, principalmente, que mantivesse a sustentação do ideal de raça branca e do capital, pois, assim, contribuiria com o prosperar financeiro de seu esposo e, conseqüentemente, de sua família (QUIJANO, 2010).

Já em um outro extremo, a condição de não-humanidade que foi dada aos povos colonizados fora a de ‘machos e fêmeas’, isto é, em uma alegoria que foge da racionalidade, visto que eram percebidos e tidos enquanto animalescos, hostis, selvagens. É nesse ínterim que negros e índios são construídos no imaginário social como bestiais, irracionais e passíveis de serem controlados, normalizados, especialmente a mulher negra e indígena, tidas enquanto subprodutos sexuais, com seus corpos objetificados para fins sexuais (QUIJANO, 2010). Sobre essa questão, Lugones faz-nos entender que “as condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (LUGONES, 2014, p. 937).

É nesse sentido que as expressões sociais são vivenciadas em diferentes formas, conforme a categorização frente ao gênero, pois se, por um lado, a mulher branca europeia era reservada à obediência, em forma de posse do seu marido; por outro, cabia ao homem ser o dominador, o sustentáculo do lar e o

saber sobre as questões pertinentes à sociedade, à ciência e à política, por exemplo. Diante disso, o conceito de mulher vem sendo construído e pensado enquanto um ser dócil e passivo, sendo tais ideais difundidos pelo Cristianismo enquanto norma moral, inclusive para o casamento.

Contudo, faz-se importante reiterar que, ainda que subjugada aos desejos do homem, a mulher branca europeia era entendida como humana e capaz de gozar do *status* dessa categoria. Aos colonizados e colonizadas, na compreensão de machos e fêmeas, restavam a objetificação, a subjugação, a violação de seus corpos e de seus costumes, uma vez que estes eram tidos enquanto objetos de troca. Eis que, então, Lugones (2014) contribui ao nos fazer refletir sobre “a colonialidade do gênero, permitindo-nos compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (LUGONES, 2014, p. 939).

Portanto, negar a diferença pulsante na existência - por meio da categorização e os silenciamentos das multiplicidades da opressão - é o que constituirá a dicotomia da modernidade *versus* colonialidade. Assim, é importante ressaltar o risco de não se fortalecer e tão pouco se reproduzir essa lógica no momento que não evidenciamos essas construções que se apresentam frente à diferença. Logo, é nesse sentido que Lugones (2014) chama-nos a atenção sobre a importância de se descolonizar atitudes e pensamentos, e analisa:

descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando a uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir e resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. (LUGONES, 2014, p. 940).

Partindo dessa reflexão orquestrada por Maria Lugones (2014), a colonialidade se estabelece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial, que muito contribui para pensarmos as consequências do processo colonial no âmbito do gênero, especialmente quando Lugones (2014) destaca o processo de categorização, binarização e hierarquização do modelo de classificação social, que indica a diferença da opressão vivida pela mulher, sobretudo, em diferentes dimensões. Logo, tal construção remete-nos à realidade contemporânea do feminino na América Latina, em especial no Brasil, considerando as formas de violência que cercam a mulher, principalmente a mulher negra.

A mulher negra, geralmente, constitui-se no imaginário social ‘colonizado’ aos estereótipos raciais que a hipersexualizam, não somente pelo seu corpo, seu gênero, mas, preferencialmente, pela sua cor. O que se quer dizer com isso é que a mulher negra comumente é vista enquanto exótica, tendo sua existência demarcada por um corpo passível de violações, isto é, um corpo limitado aos prazeres da carne. Estereotipização que acaba por naturalizar a violência, em especial a violência sexual, contra as mulheres negras. Justamente porque esses corpos são marcados por um sistema desigual na perspectiva da classificação proposta por Lugones (LUGONES, 2014).

Nesse contexto, ao refletir sobre os elementos que se entrecruzam e sustentam as estruturas que ditam as relações sociais (re) produzindo suas mazelas, o próximo tópico deste estudo faz-se relevante, uma vez que reflete e discorre sobre os processos da fronteira que existem em forma de segregação espacial do existir dos corpos.

3. CIDADE E OS DESLOCAMENTOS ERRANTES

Para pensar a cidade, é preciso relacioná-la com seus deslocamentos nômades e itinerantes, que objetivam ultrapassar a fronteira instituída pelos códigos de conduta. No entanto, primeiro problematiza-se o paradigma atual na contemporaneidade, que resulta da produção do desejo de um pensamento único regulamentado pelo estatuto espacial. A tentativa de normatização dos modos de existir é determinada pelo estatuto do espaço urbano (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004), que define os não-lugares e o direito de habitar a partir do ordenamento político.

A racionalidade hegemônica reproduz padrões socialmente aceitos sobre o que é e de quem é a cidade. Constrói regras de convivência para que ela seja objeto seguro a partir dos equipamentos do planejamento urbanístico. Consequentemente, processos que fortalecem a segregação e a desigualdade socioambiental instituem-se no seu cotidiano. A Subjetividade² que produz a cidade legitima os acordos que controlam as manifestações heterogêneas dos modos de existir.

A especulação da terra objetiva investir nos acordos imobiliários, para os quais os territórios tornam-se propriedades. O planejamento da cidade é realizado por acordos que fortalecem a gentrificação (VAINER, 2013). A expulsão das populações de seus locais de moradia, por meio de medidas urbanísticas - que são coordenadas por seus técnicos -, registram intervenções constantes que não reconhecem as histórias, os vínculos e os sentidos produzidos pelos coletivos sobre o habitar a cidade.

É possível afirmar que a desigualdade é o registro do social na atualidade. E esse registro apresenta-se na micropolítica das relações de saber e de poder. O discurso produzido sobre as populações periféricas e seus dispositivos de luta fabrica modelizações e normas de comportamento que controlam o existir e os modos de se manifestar dos cidadãos.

Com a geografia da cidade capturada pelo complexo imobiliário, acelera-se o urbidício que viola e criminaliza especialmente a população empobrecida, porém as práticas de resistência se potencializam. Como afirma Sennett: “a cidade tem sido o locus de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Entretanto, também foi nelas que essas imagens estilhaçaram-se, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes”. (SENNETT, 2016, p. 25).

Sendo assim, a cidade existe por um constante processo de realização, embora sofra com as imposições da regulação de um poder político que decide quem deve viver ou morrer. Contudo, seu espaço

² Para entendermos o conceito sobre subjetividade, defendido nesse texto, recorremos as contribuições de Guattari e Rolnik: “(...)a subjetividade não se situa no campo virtual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (2000, p. 32)

expressa linhas transversais para reverberar o sentido coletivo da cidade. Entretanto, os investimentos que objetivam formatá-la para fins políticos, econômicos, sociais, entre outros, são corporificados para sua reprodução e manutenção pragmática.

Portanto, pensar os movimentos dos coletivos cidadãos que desejam reinventar seu cotidiano para a garantia do acesso aos direitos sociais e humanos torna-se urgente. Assim, os deslocamentos que a cidade acolhe e produz são resultados da tentativa das populações em buscar proteção e estar longe das constantes práticas que conservam os discursos morais com fundamento fascista. Porém, se a cidade sustenta-se pela racionalidade do complexo imobiliário mundial, Rolnik (2015) questiona em qual brecha os deslocamentos nômades, itinerantes, infame existirão? O infame diz respeito a “(...) pensar uma vitalidade resistente a essa asfixia do poder” (VAZ, 1992, p. 7).

As migrações, consideradas aqui deslocamentos, são manifestações de denúncia a partir dos corpos que resistem às políticas de higienização e de controle. São deslocamentos da vida nua, ou seja, da vida ‘matável’ (AGAMBEM, 2014), que buscam ultrapassar as fronteiras territoriais para denunciar o modo como o Estado, a partir de seus ordenamentos, produz processos de inclusão e de exclusão.

A cidade apresenta-se, com as questões acima problematizadas, como realidade em fluxos, ou seja, espaço potente de existência das multiplicidades. São corpos não apenas como “um lugar prático direto do controle social” (BORDO, 1997, P. 19), mas corpos desterritorializados, corpos devir. As migrações/deslocamentos são a denúncia ineficaz do desejo da univocidade instituída pelo planejamento e pelo ordenamento da cidade.

No entanto, o cenário constituído da cidade é composto por populações que sofrem com os processos de segregação periférica, resultado das desapropriações e das remoções coordenadas pelo Estado. Além desses processos, as populações que sofrem tal procedimento jurídico e político são populações que têm raça, classe, sexualidade e gênero como alvo. Segundo Costa, Mizoguchi e Fonseca (2004, p. 181):

[...] a estratégia de efetivação da junção de pequenas coações sobre os mínimos grãos sociais se efetivará a partir da construção de um plano geométrico centralizante, no qual se conjugarão olhares hierarquizados vigilantes [...] Centralização de práticas, construções sólidas que ordenam os corpos no seu deslocamento, fixando-os em lócus lógicos de um quadro classificatório (2004, p. 181).

A centralização das intervenções do Estado e da sociedade ocorre nos corpos que sofrem historicamente com as práticas do patriarcado. Práticas que determinam o corpo útil, corpo docilizado, corpo que apresenta, em sua sexualidade, objeto de disciplina e de controle social. Corpos que sofrem com o regramento das sujeições por intermédio das estratégias duráveis e flexíveis.

Não essencialmente através da ‘ideologia’, mas por meio da organização e da regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade. (BORDO, 1997, p.20).

A partir da construção social do patriarcado, historicamente constituíram-se práticas de punição aos corpos que não se adéquam à normalização ocidental. Como brecha das punições aos corpos, deslocamentos são produzidos como linhas de fuga, linhas que reinventam o sentido de existir em outro território. Contudo, essa reinvenção carrega os estigmas reproduzidos na construção do ser no Mundo e na Cidade.

Em consonância com Lugones (2014), o Instituto de Pesquisa Aplicada (2019) traz, enquanto registro, que as mulheres negras têm sido comumente as mais vitimadas em relação à violência, tendo uma taxa de crescimento dos homicídios entre os anos de 2007 e 2017, e cuja estimativa é de 29,9%. Enquanto que as mulheres não negras têm uma taxa de 4,5%. Ou seja, a mulher negra, segundo as estatísticas acima mencionadas, encontra-se mais exposta à violência física, sexual e ao extermínio deliberado, em comparação às mulheres brancas, como já bem afirma Lugones (2014).

Nota-se que o conservadorismo capitalista, racista e machista reafirma a opressão feminina. Gênero e Raça são questões que se atravessam, visto que a mulher negra ainda se encontra atrelada à exclusão, à objetificação, à hiperssexualização de seu corpo, à marginalização e ao extermínio deliberado. Frente a essas questões, faz-se de suma importância pensar a cidade em uma projeção das relações sociais, já que tais questões irão se apresentar no horizonte da modernidade sob a órbita da binariedade da exploração e da segregação a partir da classificação social, e essas se reiterarão nos espaços que constituem a cidade. Sendo, então, a interseccionalidade - na compreensão da questão social na e/ no acesso às regiões da cidade - de suma relevância para se entender minimamente os territórios e seus conflitos. É importante considerar que a sociedade brasileira colonizada fora estruturada pelo viés do patriarcalismo burguês e racista, tendo como seu pondo nodal o machismo como modo *operandis* que classifica e separa os corpos a serem matáveis ou não (LUGONES, 2014).

E é nesse íterim que se pode pensar, de modo interseccional, tanto a partir de Beauvoir, (1980) ao compreender que o machismo opera na cidade por meio da opressão, da violência e, também, do não-reconhecimento dos modos de existência da mulher; quanto de Lugones (2014), ao compreender a cidade como um espaço colonizado, principalmente quando se está frente ao controle do corpo feminino negro. Esse corpo tem sido demarcado pela lógica objetal, de assujeitamento e de propriedade do masculino, e tem seus desdobramentos pela via de insultos, atitudes e comportamentos que o depreciam, subjugam e mortificam, negando, assim, que as mulheres, principalmente as negras, circulem 'livremente' nos espaços que constituem a cidade.

Para tanto, aponta-se a insegurança dessas mulheres em transitar 'livremente' em qualquer horário ou lugar, já que o deslocamento fica implicado ao medo da violência, seja esta física, psicológica, moral ou material. É nesse contexto que se reafirma que o machismo opera pela via da classificação e, por consequência, limita, também, que essas tenham o direito de acessar os territórios da cidade. Dentre essas limitações, pode-se pensar as filas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) em meio à madrugada, fazendo

que, por vezes, em função do horário tenham medo de estarem sós, devido às violências, especialmente, as de cunho sexual, por exemplo. Ou seja, elas não conseguem gozar de seus direitos nem no campo da saúde pública, nem tão pouco da segurança pública. Esta mesma lógica pode ser pensada quando essas mulheres não usufruem de espaços como lazer, cultura e assistência social, territórios que também compõem a cidade, em função da cultura de dominância masculina e machista, que continuamente desqualifica o feminino (BEAUVOIR, 1980).

Nota-se, então, que cidade não fora pensada e nem projetada para a funcionalidade da mulher, justamente por entendermos que é pela via da figura masculina que essa se constrói, assim como a política e as relações sociais que se apresentam, se reiteram e se mantêm pelo viés do machismo arraigado na sociedade brasileira contemporânea. Sociedade essa que produz e reproduz desde os comportamentos, as atitudes, as falas, os discursos midiáticos ou publicitários que sobrepõem a mulher e/ou feminino a um lugar de objetificação em variados contextos e segmentos. Dentre eles, cita-se o lugar dado a Dilma Rousseff no campo da política, já que, em muitos veículos midiáticos, fora vista e avaliada enquanto inapta ao exercício na esfera pública, tendo, ainda, sua figura sobreposta à imagem de um raciocínio reduzido, bem como a traços andróginos. Comportamentos e discursos que - frente a uma sociedade dominada pelo masculino e pelo machismo - buscam a partir disso não só justificar a concepção da 'superioridade masculina', como também corroborar com a contínua opressão e exclusão da mulher no tocante à política, ao acesso aos espaços da cidade, à economia, dentre outros (BEAUVOIR, 1980).

Sobre isso, Brioli (2010) explica:

o desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento à esfera política são, assim conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro masculino e espaço público [...] está na base desses estereótipos confirmando divisões e hierarquias que corroboram para a marginalização das mulheres da e na esfera política (BRIOLI, 2010, p. 273).

Brioli (2010), em consonância com Beauvoir (1980), reitera que a mulher e o lugar dado a ela em todos os segmentos sejam estes: o acesso à cidade, ao social, à política, ao científico, ao econômico, dentre outros, foram construídos pela égide da dominação masculina, e os desafios encontram-se ligados às questões do machismo e da assimetria frente ao gênero. Nesse entendimento, o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser pensado pela lógica das desigualdades entre homens e mulheres.

Já para Lugones (2014), a dissonância com Brioli (2010) e Beauvoir (1980), no que diz respeito às questões acima supracitadas, dá-se no momento em que estas não colocam em pauta as mulheres colonizadas, mulheres que têm suas questões transversalizadas para além da desigualdade frente ao gênero, uma vez que elas se colocam em par de desigualdade em relação às mulheres brancas, sobrepostas a um lugar restrito, mas, de humanidade. Ao contrário, as mulheres colonizadas, especialmente as negras, são postas num lugar de coisificação, de assujeição, de selvageria e de não-humanas. É nesse sentido que

Lugones (2014) faz-nos reflexionar sobre a necessidade de descolonizar discursos, pensamentos e, especialmente, descolonizar as questões correlacionadas ao gênero e o acesso à cidade.

Eis que então, Lugones (2014) nos faz refletir:

O lócus fraturado inclui a dicotomia hierárquica que constitui a subjetificação dos/as colonizados/as. Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as. Vemos aqui o espelhamento da multiplicidade da mulher de cor nos feminismos (LUGONES, 2014, p. 943).

É nessa acepção que a presença que resiste está no 'lócus fraturado'. Este, por um lado, convida a mulher ao estilhaçar de sua vida, de maneira a mortificar a sua forma de existência; por outro, ela se faz resistência frente ao colonizador. E é na possibilidade de poder se reconhecer humana, independentemente de sua dor, que apresenta condições objetivas e subjetivas de se reinventar, de se descolonizar. Viver sob as condições impostas pelo imperialismo é reinventar-se a partir do "lócus fraturado".

Desse modo, é possível reconhecer que o registro da cidade acontece a partir das heterogêneas manifestações de Gênero e de Sexualidade. Para tanto, torna-se necessário apostar nos processos de desconstrução da verdade sobre os corpos que migram. São corpos que sofrem a violação de seus direitos de existir, tanto no nível da desigualdade socioambiental quanto da dominação cultural do patriarcado que se autoriza a impor regras de domesticação ao que não é domesticável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações micropolíticas, nesse estudo, foram reconhecidas como deslocamentos que se apresentam denunciando os processos produzidos pela subjetividade capitalista. Subjetividade que impõe modos de ser e de existir nas relações sociais. Essa imposição recai sobre os corpos femininos frente à normatização e à normalização patriarcal. Códigos de conduta que se apresentam no controle da sexualidade.

O ir e vir - que são resultantes dos deslocamentos produzidos na sociedade e reconhecidos como fluxos migratórios - possibilitam instigar análise sobre como vivem os coletivos dada as determinações da racionalidade global. Conforme as configurações históricas, as migrações apresentam-se com características políticas específicas e exigem atenção analítica para predeterminações, não se constituindo como uma única perspectiva do poder. Para tanto, torna-se necessário relacionar o fluxo das migrações impostas pela macropolítica mundial com a micropolítica que se reproduz no âmbito das cidades.

Assim, os deslocamentos das mulheres na sociedade construíram-se na resistência em assumir os modelos de comportamentos esperados na família e na sociedade. A desconstrução das funções e dos papéis esperados para desempenho do feminino, especialmente aqueles que se interligam com as questões da raça, é realidade no cotidiano da micropolítica da cidade. Essa desconstrução é resultado das práticas que enfrentam a cultura dominante como potência de um outro existir não capturável. Portanto, o social,

enquanto construção, e a cidade, enquanto espaço de produção e de reprodução, instigam possibilidades outras de ser homem e de ser mulher, bem como de existir enquanto intensidade na sexualidade intempestiva.

Por fim, frente ao exposto, o objetivo de problematizar a articulação das categorias raça, gênero e sexualidade foi alcançado, pois apresentou a complexa produção social da cidade que é orientada pela dimensão colonial ainda presente. O desafio está em evidenciar as práticas de resistências das mulheres que pulsam na contramão do sistema patriarcal, do racismo e do machismo estrutural. Essas práticas instigam o avanço de estudos e pesquisas que potencializem as lutas, exigindo a elaboração de políticas possíveis que garantam a defesa da vida e denunciem o Estado soberano.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. (2014). *Homo Sacer*. Tradução Henrique Burigo. (2 ed.) Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BEAUVOIR, S. (1980). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BRIOLI, F. *Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos*. *Cadernos Pagu*, nº 34. janeiro/julho de 2010. Recuperado de:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011>>. Acesso em: 30 de junho de.2020.
- BORDO, S.; JAGGAR, A. (1997). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Tradução de Britta dos Tempos.
- CÉSAIRE, A. (2010). *Discurso sobre o colonialismo*. Blumenau: Letras Contemporâneas.
- COSTA, L. A.; MIZOGUCHI, D. H.; FONSECA, GALLI, T. M..*Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos*. (2004). In: FONSECA, GALLI, T.M.; ENGELMAN, S. *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre: UFRGS.
- D'EMILIO, J. *Capitalism and gay identity*. (1983) In: SNITOW, A.; STANSEL, C.; THOMPSON, S. (eds.). *Powers of desire: the politics of sexuality*. New York: Monthly Review. Recuperado de: <<http://sites.middlebury.edu/sexandsociety/files/2015/01/DEmilio-Capitalism-and-Gay-Identity.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- DINIZ, Fr. R. A.; OLIVEIRA, A. A. de. Foucault: *Do Poder Disciplinar ao Biopoder*. Recuperado de:<http://www.faculdade.flucianofejiao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRA> Acesso em: 23 ago.2015.
- DUSSEL, E. O Eurocentrismo. In: DUSSEL, E. *1492: o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOUCAULT, M. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal,2001.
- FOUCAULT, M. (1978). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. (8. Ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

FONTANI, A.; BERTANI, M. *Situação do curso*. In: FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. (1999). São Paulo: Martins Fontes. Coleção Tópicos.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LUGONES, M. (2014). *Rumo a um feminismo descolonial*. *Estudos Feministas*, 22(3):320, pp. 935-952.

QUIJANO, A. (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. Epistemologias do Sul. SANTOS, B.S; MENESES, M. P. (Orgs). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, pp.84-130.

ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos Lugares – a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

SENNETT, R. (2016). *Carne e Pedra – O corpo e a Cidade na civilização Ocidental*. Tradução Marcos Araújo Reis. (4 ed.) Rio de Janeiro: BestBolso.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria*. (2013). In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A Cidade do pensamento único*. (8 ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

VAZ, P. R. G. (1992). *Um Pensamento Infame: história e liberdade em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Imago.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Atualizado em 2019. *Atlas da violência 2019*. Disponível em Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em: 28 de junho de 2020.

Contribuições dos autores

Cristine Jaques Ribeiro – participou da revisão final.

Camila de Freitas Moraes – participou da elaboração, redação e revisão de literatura.

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo – participou da elaboração, redação e revisão de literatura.

Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa – participou da elaboração, redação e revisão de literatura.
